

Sessão Técnica: Geografia

O RURAL E O URBANO: EXTENSÕES DE UM MESMO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Victor Pereira de Sousa¹; Emanuel Martins Jóia²

(^{1,2}Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, graduando, Porciúncula – Rio de Janeiro, victordesousa@outlook.com.br)

RESUMO

O espaço agrário por muitos anos foi caracterizado como um espaço oposto ao espaço urbano, todavia, com a ascensão do capitalismo e a inserção da industrialização na agricultura e da globalização entrelaçando territórios de todo o mundo, é notoriamente claro que essa classificação reducionista do agrário e do urbano mantém-se insatisfatória devido à complexidade a que encontramos nessa classificação desses espaços. Hoje somos capazes de compreender que existem características agrárias em espaços urbanos e, do mesmo modo, encontramos características antes ditas como urbanas em espaços agrícolas. A agricultura então se faz presente na vida das cidades como elemento basilar na alimentação dos indivíduos, como também, sendo agente propulsor da indústria que, cada vez mais lucra com esse tipo de atividade. Dessa forma, o rural e o urbano tornam-se extensões de um mesmo espaço, cabendo-lhes a complexidade de encontrar-se em um movimento de produção e reprodução de espaços.

Palavras-chave: espaço urbano, espaço agrário, agricultura, industrialização, globalização.

INTRODUÇÃO

Por muitos anos, e até mesmo nos dias de hoje, o espaço rural com suas técnicas agrícolas foi e é visto como um espaço atrasado. Um espaço onde a modernidade e as novas técnicas não foram capazes de chegar, ou de formar parte daquele local. Assim, nessa errônea forma de ver o rural, vê-se também uma separação análoga de sua extensão por entre o espaço urbano, e assim, do mesmo modo, raízes urbanísticas entrelaçadas ao espaço rural. É necessário enxergar esses dois espaços não mais como antagônicos, mas sim, formas dimensionais que fazem parte uma da outra, conceituando e construindo características de um mesmo espaço geográfico.

O objetivo deste trabalho é contextualizar, através de ideias renomadas, a construção dessa nova formulação espacial não mais oposta do rural e o urbano, contextualizando o avassalador desenvolvimento que propunha a mudança da base agrícola como um dos agentes responsáveis por essa nova extensão territorial formada por *ruralidades* e *urbanidades*, assim como, ressaltar a importância e a especificidade de conceitos como o de multifuncionalidade e o de pluriatividade que são características desses espaços que se completam em suas diferenças e somam-se em suas diversidades, seja para a vida do homem como indivíduo pessoal ou para sua vida como agente produtor e reproduzidor da sociedade, assim como, ressaltar as graves consequências que a agricultura convencional vem trazendo à vida de nosso planeta.

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho caracteriza-se metodologicamente por ser um estudo de gabinete, baseado em materiais e obras bibliográficas acerca das complexidades dos espaços rurais e urbanos. Foram utilizados autores que são reconhecidos como referências na área e que apresentam olhares particulares sobre esses espaços, com o intuito de apresentar uma abordagem dialética. Tal abordagem, através da contextualização acerca dessas análises literárias, se caracteriza na dialética que compõe o espaço geográfico, através de análises que comprovam a complexidade em diferenciar o espaço rural do espaço urbano, além de pontuar as consequências negativas que as técnicas agrícolas convencionais proporcionam ao meio ambiente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Enxergar o espaço vai muito além de ver o que está diante de nossos olhos. Cabe ao observador analisar e estudar milimetricamente cada característica que seja capaz de tornar-se algo relevante ou subjetivo para a classificação de tal lugar, de dada paisagem ou território. Assim como relata Moreira (2014) enxergar os lugares é apenas parte de conhecê-los, captá-los com todos os nossos sentidos, tomar posse deles, inserir-se neles. Por isso, paisagem, território e lugar são alguns conceitos que a geografia utiliza para expressar a forma como os seres humanos podem perceber, compreender e relacionar-se consciente e intencionalmente com os espaços.

Dessa forma, sem enxergar de fato o espaço ao seu redor, o ser humano deu características reducionistas ao rural, descartando toda a complexidade que envolve suas raízes, reduzindo-o apenas ao objeto responsável por desacelerar o desenvolvimento do país, como se a agricultura fosse um empecilho que não permite o movimento das engrenagens do desenvolvimento, quando na realidade, o mundo nunca foi capaz de se desenvolver se não por meio do auxílio ou da competência das técnicas agrícolas.

Ao analisarmos a história do homem, observamos que o espaço rural ocupou grande importância simbólica no cotidiano dos grupos humanos da pré-história bem como das grandes civilizações. As pinturas rupestres espalhadas pelo mundo trazem exemplares representações do homem pré-histórico em situações de caça e pesca, indicando a evolução natural dos hábitos de extrativismo para práticas de criação de animais e agricultura. Todavia, o espaço agrário, tão celebrado por diversas civilizações no passado, hoje também se transformou em um produto do capitalismo. O agricultor se tornou um objeto de trabalho e a terra uma mercadoria.

Para Suchanek (2007) os agricultores – principalmente os de subsistência – são chamados há décadas pelos economistas, técnicos ou outros empregados do sistema em que vivemos de "atrasados", um obstáculo ao desenvolvimento. Por isso eles "precisam" ser expulsos. Ou seja, na visão do autor, os agricultores, por estarem "atrasados" em relação à lógica socioeconômica a qual estão inseridos, o capitalismo, acabam sendo expulsos de suas terras por serem vistos como um obstáculo. O capitalismo "precisa" realocar esses agricultores para um novo local, para que a lógica desse sistema não seja interferida.

Com a ascensão do modelo socioeconômico capitalista e com a noção quase sempre positiva de que desenvolvimento quer dizer avanço, qualidade de vida, foi que durante as décadas de 1960 e 1970 o pacote modernizador da base técnica da agricultura veio com a ideia de trazer industrialização e desenvolvimento aos países menos desenvolvidos, podendo torna-los países como – ou parecidos – os de Primeiro Mundo, e também, sendo capaz de acabar com os problemas da desigualdade no campo e da fome no mundo.

Entretanto, com a industrialização da base técnica na agricultura, problemas de cunho ambiental e social foram ainda mais agravados em todo o mundo, mas principalmente em países subdesenvolvidos. Problemas como, o uso desenfreado de recursos naturais; alto índice de degradação ambiental, como a poluição do solo, a poluição hídrica e a atmosférica, desmatamento; altíssimo uso de insumos químicos por parte dos produtores; acentuação da fome e da miséria, uma vez que, muitos agricultores não puderam arcar com os altos investimentos que essa industrialização trouxe para o campo.

Atualmente, o Brasil é um dos maiores compradores de agrotóxicos do mundo, entretanto as intoxicações provocadas por estas substâncias têm aumentado tanto entre os trabalhadores rurais, por ficarem expostos diretamente a estes produtos, como entre pessoas que se contaminam por meio da ingestão de alimentos contaminados (Pignati 2011).

A esse pacote modernizador deu-se o nome de Revolução Verde, porém, como afirma Sotratti (2012a) essa questão deve ser relativizada, uma vez que aumentou a desigualdade social existente, pois somente fez crescer a pobreza e o sacrifício das pessoas que viviam no

meio rural; e nem “verde”, pois revelou-se altamente perversa para o equilíbrio do meio ambiente e para conservar nossa natureza. Foi uma “contrarreforma marrom do capital contra os camponeses”!

Ao contrário do que se propôs, a Revolução Verde aumentou os casos de fome em vários países, principalmente nas zonas rurais, em grande parte devido à redução na produção de proteínas e vegetais e ao empobrecimento dos trabalhadores rurais. O uso excessivo de agroquímicos, a retirada de toda cobertura vegetal do solo para o plantio, o desmatamento das matas ciliares, o descaso pela conservação dos solos e a execução de grandes obras de irrigação, desvios e represamentos das águas têm gerado alterações nos ciclos hidrológicos, redução do volume de água disponível e poluição dos cursos d’água e dos lençóis freáticos. A degradação dos solos pode ser percebida quanto a sua erosão, poluição por agrotóxicos, redução da atividade biológica, queda de fertilidade, compactação, salinização e *encharcamentos* artificiais (Sá 2012).

Com essas isenções do modelo capitalista e da globalização na agricultura, foi possível ver que as consequências foram e ainda são irreparáveis. A tentativa de industrializar a base técnica de produção agrícola fez com que os pequenos produtores e os produtores de subsistência perdessem suas terras, abrindo mão de suas propriedades para quem tinha capital para arcar com o alto custo que trouxe a Revolução Verde. As disparidades no campo foram ainda mais avassaladoras. Muitos desses novos desabrigados sobraram poucas opções: ou ficavam em suas propriedades, agora como empregados, obedecendo às ordens dos novos donos de suas terras, ou iam para as cidades, com um destino imprevisível.

Caso optassem por ir para as cidades, sem a menor qualidade de vida, acabavam morando em aglomerados urbanos nos subúrbios das grandes cidades, trabalhando fora de suas terras, em empregos que nunca lhes foram almejados, de cunho quase sempre informal. Muitas das vezes esses trabalhos funcionavam como uma escravidão moderna, onde o produtor sem experiência se via em péssimas condições de trabalho, com salários muito a baixo do necessário. Mas se viam presos ali para manterem sua sobrevivência nessa nova vida que lhes foram destinados.

Se tratando do meio ambiente, esse processo desenfreado sempre visando o acúmulo de capital, tem trazido consequências irreparáveis à biodiversidade local, como também para o ecossistema. A agricultura convencional trata a natureza como fonte inesgotável de recursos naturais. De acordo com essa lógica, a Natureza está sempre pronta para servir ao ser humano. A terra vem sendo cada vez mais contaminada com o uso intensivo de agroquímicos, com o intuito de aumentar a produção, gerando lucro.

As técnicas agrícolas atreladas ao método convencional têm sucateado o solo com técnicas de monocultura, sem a preocupação com a preservação do solo, nem com a qualidade do produto final, ao contrário da agricultura ecológica que se baseia em estratégias de diversificação, tais como policulturas, rotações, cultivos de cobertura e integração animal, para melhorar a produtividade, e garantir a saúde do ecossistema (Penteado 2012).

Surge então, em meado dos anos 90 a Agroecologia, que para Altieri (2002), é a ciência ou a disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade. A Agroecologia proporciona então as bases científicas para apoiar o processo de transição para uma agricultura “sustentável” nas suas diversas manifestações e/ou denominações.

Visando minimizar os impactos sociais, econômicos e, principalmente, os ambientais ocasionados pela Revolução Verde surgem a agroecologia, se contrapondo ao sistema convencional e enfocando a agricultura sob uma perspectiva ecológica (Lima & Carmo 2006). A partir deste ponto, a pesquisa em agroecologia passou a diagnosticar e propor alternativas de manejo buscando a redução no uso de insumos químicos e práticas agrícolas intensivas nos agroecossistemas produtivos.

Assim, a agroecologia pode ser definida como uma ciência que visa estabelecer bases teóricas para os diferentes movimentos de agricultura alternativa. Busca entender o funcionamento de agroecossistemas complexos e as diferentes interações presentes nestes, tendo como princípio a conservação e a ampliação da biodiversidade como base para o desenvolvimento sustentável. Esse sistema propõe alternativas que visam minimizar a *artificialização* do ambiente natural onde são desenvolvidas as atividades agrícolas (Assis & Romeiro, 2002).

O processo de *artificialização* assume diversas formas, entre elas a difusão de inovações técnicas de natureza vertical impostas ao local. Ianni (1996), trabalhando o “mundo agrário”, exemplifica diversas mudanças em curso no espaço rural. Em geral, as transformações surgem de verticalidades capazes de subsumir a agricultura ao jogo do capitalismo globalizado e, em escala local, ao *jugo* do controle urbano. As mudanças são fruto de empresas e corporações cujo interesse é alocar sua organização fabril no campo, reestruturando hábitos alimentares, forma de trabalho e organizações socioespaciais.

Em outras palavras, no sistema capitalista os trabalhadores vendem sua força de trabalho (por meio de salário) aos detentores de capital (aqueles que possuem os meios de produção) e, assim, favorecem o enriquecimento dessa classe dominante. Estabelece-se aqui um sistema de exploração da força de trabalho para o enriquecimento de um grupo social restrito e poderoso, onde o lucro norteia as relações entre os diferentes agentes envolvidos nos processos produtivos (Sotratti 2012b).

Com essas modificações de atribuições entre o espaço agrário e o capitalismo, o espaço urbano foi cada vez mais se inserindo dentro do campo, assim como o campo se estabeleceu cada vez mais presente com suas *ruralidades*, principalmente nas grandes cidades, mais especificamente, nos subúrbios dessas grandes metrópoles que abrigam esses antigos produtores que agora tentam se estabelecer como cidadãos urbanos, adentrando na teia social como se pertencessem aquele local desde sempre.

Ao olhar ao redor, somos capazes de perceber que as modificações a que foi submetido o espaço agrário influenciou não somente o mesmo, mas também o espaço urbano. *Ruralidades* e *urbanidades* estão presentes em uma quantidade dimensional imensamente variável, sem precedentes, que se concretiza em uma metamorfose espacial, construindo e reconstruindo o espaço geográfico como um todo.

A industrialização representa um momento importante na história do homem. O homem rural, que trabalhava na agricultura para sobreviver e para sustentar um sistema político-religioso medieval, via no campo seu espaço de convivência e produção econômica. Com a Revolução Industrial e a expansão do capitalismo, a lógica produtiva se desloca para as áreas urbanas, e as fábricas passam a representar a nova unidade produtiva e de oportunidade de trabalho e enriquecimento. Essa transferência econômico-espacial gerou um fenômeno social que transformou o cenário mundial do século XIX: o êxodo rural. O êxodo rural pode ser compreendido como o deslocamento massivo de pessoas originadas do campo em direção às cidades. Tal deslocamento se deu em busca de melhores condições de vida e de oportunidades de trabalho nas fábricas (Sotratti 2012b).

O êxodo rural transformou as cidades industriais, exigindo esforços de planejamento e ações locais para minimizar os efeitos da superpopulação que habitava as cidades recém-industrializadas. Com o desenvolvimento da engenharia sanitária, do urbanismo e do planejamento urbano, as cidades se adequaram precisamente para se tornar o cenário dessa importante fase do capitalismo: a industrialização. Ainda de acordo com Sotratti (2012b) a industrialização pode ser considerada como um processo histórico, econômico e social, onde a indústria se torna o setor dominante de uma economia, mediante a substituição de instrumentos, técnicas e processos de produção tradicionais, resultando em aumento da produtividade e a geração de riqueza.

Marques (2002) sintetiza os elementos que contribuiriam para classificar o rural e o urbano como elementos espaciais opostos:

(1) diferenças ocupacionais ou principais atividades em que se concentra a população economicamente ativa;

(2) diferenças ambientais, estando a área rural mais dependente da Natureza;

(3) diferenças no tamanho das populações;

(4) diferenças na densidade populacional;

(5) diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações;

(6) diferenças na mobilidade social;

(7) diferenças na direção da migração.

A maior dependência do espaço rural em relação à Natureza se dá ao fato de que o espaço rural tem sua produção, em termos espaciais, diretamente ligadas a ela, ou seja, as técnicas agrícolas interferem diretamente na Natureza, enquanto que, no espaço urbano, as técnicas urbanas têm um caráter mais indireto em relação à mesma. Ou seja, em termos espaciais, os espaços urbanos encontram-se cada vez mais artificializados, cada vez mais globalizados.

Contrariamente à abordagem dicotômica, a abordagem da continuidade admite maior integração entre a cidade e o campo através de diferenças de intensidades, e não de contrastes. Nessa linha teórica, não existiria uma distinção nítida; porém mantém-se certa dualidade entre o campo e a cidade pela existência de pontos extremos de uma escala de gradação ou intensidade de urbanização (Marques 2002).

A teoria de Silva (1999) sobre a urbanização do campo é fundamentada por meio da análise do crescente número de ocupações não agrícolas no campo, conjuntamente com o número elevado de cargos administrativos que vieram a compor o meio rural e as mudanças nas relações sociais de produção a partir da modernização da agricultura.

Dessa forma, para compreendermos o rural, é necessário entender sua dinâmica, que vai além da agricultura; ela está nas relações sociais, econômicas, políticas e ambientais na forma de vida, no modo de pensar e agir e construir o espaço geográfico. É preciso conceber o mundo rural dentro do modo de produção capitalista, assumindo feições e facetas diferenciadas no tempo e no espaço. Assim como as cidades vêm adquirindo variedades de formas em diferentes regiões desde a sua origem, o espaço campestre também é reestruturado de acordo com os interesses capitalistas, assumindo funções necessárias de relevância para o capital.

O olhar e o interesse do capitalismo preenchem o ambiente urbano e transbordam para os espaços rurais, ora incorporando-os ao tecido urbano, ora inserindo atividades não rurais de interesse de grupos hegemônicos atuantes no sistema. Alguns autores consideram, nesse sentido, que os espaços rurais atuais são uma continuidade do espaço urbano, devido à pluriatividade e a multifuncionalidade que hoje eles apresentam.

Os espaços geográficos, e nesse caso os espaços rurais, têm se tornado cada vez mais complexos e dinâmicos, pois a população residente nas áreas rurais é cada vez mais diversa e/ou heterogênea, assim como as atividades exercidas e atribuídas ao meio rural que

extrapolam as atividades agropecuárias. Com o maior interesse pelos espaços rurais é possível observar um maior dinamismo e complexidade de técnicas e de ações que aumenta a necessidade de apreensão das múltiplas funções da agricultura (Sá 2013).

As novas funções do rural têm como destaque atividades como as práticas extrativistas, no bojo daquilo que é preconizado pela sustentabilidade e o turismo rural, ou seja, atividades que estão além da função de produzir alimentos, mas que possibilitam a acumulação de capital – cristalizando-se, então, o conceito de multifuncionalidade. Este conceito vincula-se as atividades não-agrícolas nos espaços rurais – a pluriatividade – que possibilita, além da apropriação de capital, a transformação de bens materiais e simbólicos em mercadoria (Candiotto 2009).

De acordo com Soares (2001), pode-se identificar as seguintes funções-chave da agricultura no conceito de multifuncionalidade, a ver:

- contribuição à segurança alimentar;
- função ambiental;
- função econômica;
- função social.

Desde a ECO-92, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o desenvolvimento agrícola e rural de maneira sustentável, dando notoriedade ao aspecto multifuncional dos espaços rurais. O assunto é amplamente debatido em países europeus desde então, mas, atualmente, é possível observar que o debate está sendo realizado também no Brasil – por exemplo, o projeto de Estratégias de Desenvolvimento Rural, Multifuncionalidade da Agricultura e Agricultura Familiar: Identificação e Avaliação de Experiências em Diferentes Regiões Brasileiras. O objetivo principal deste projeto é verificar de que maneira a multifuncionalidade se expressa nas regiões brasileiras, para tanto, dividiu-se o projeto em três etapas: famílias rurais, território e sociedade. Os resultados são que a grande parte das famílias rurais se debruça em quatro grandes funções: a agricultura (aquela que se compreende como a função social – produção de bens agrícolas e pecuária), conservação dos recursos naturais (leiam-se os solos, água, biodiversidade, entre outros), conservação do patrimônio natural (as paisagens) e a qualidade dos alimentos (Candiotto 2009).

Em relação à pluriatividade, para Alentejano (1999) a pluriatividade abrange a diversificação das formas de organização de uma unidade produtiva familiar e, conseqüente, aumento das possibilidades de reprodução dos agricultores. Ainda que o conceito tenha surgido num momento em que se buscavam estratégias de subsistência, a pluriatividade, nos dias de hoje, atende as demandas do mercado e aos interesses dos agentes hegemônicos que preconizam a reprodução do capital.

Anjos (2003) analisa a pluriatividade de maneira distinta e alerta para a desvalorização das práticas agrícolas:

A pluriatividade é um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem desenvolver-se no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração (industrialização em nível de propriedade, turismo rural, *agroturismo*, artesanato e diversificação produtiva) que conjuntamente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ou em seu entorno.

[...] não se trata de um fenômeno conjuntural, mas o resultado de um amplo processo de transformação da agricultura, em correspondente

sincronia com a dinâmica da economia em geral e no marco da profunda reestruturação que atravessa o modo de produção capitalista (Anjos 2003).

Diante do exposto, para Marafon (2012), as novas *ruralidades* e os novos rurais devem ser entendidos num imbricado dos mundos urbano-industrial e o consumo desta sociedade que irá demandar do espaço rural através, também, dos bens simbólicos e materiais e práticas culturais além das ambientais intrínsecas a este espaço.

CONCLUSÃO

Muitas são as complexidades que caracterizam um espaço como rural ou urbano. Porém, hoje é cada vez mais complexa constatar essa classificação, já que estamos vivendo uma época em que cada vez mais somos capazes de presenciar *ruralidades* e *urbanidades* nos mais diversos espaços. Isso comprova o fomento da discussão de se por em xeque a classificação de tais espaços devido as suas características e o que faz dele ser classificado como tal.

Fenômenos como a Multifuncionalidade e a Pluriatividade ressaltam a importância de se discutir até onde somos capazes de classificar um espaço como rural ou urbano, já que, tais fenômenos são referentes a características metamórficas de processos urbanos e rurais que se instalam tanto nas atividades urbanas quanto nas agrícolas. O capitalismo, a industrialização e a globalização são instrumentos que fizeram com que esses fenômenos se tornassem cada vez mais presentes na vida do ser humano, e a cada passo do avanço tecnológico somos capazes de observar a acentuação de tais fenômenos.

Assim, somos capazes de concluir que tanto o rural quanto o urbano fazem parte de um mesmo espaço, espaço esse que se estabelece por toda a superfície terrestre, sendo cada vez mais complexo analisar de forma específica o que torna um espaço rural ou urbano. Essa composição de espaços na formação de um espaço plural torna presente à importância de sermos capazes de convivermos com as pluralidades e diversidades que se somam de ambos os espaços. E que é essa aglutinação espacial que faz com que o motor do desenvolvimento se torne capaz, sendo preciso ter em mente, porque e para que estamos buscando tal desenvolvimento e principalmente, a forma com que buscaremos o mesmo.

Todavia, ao tratarmos do respectivo assunto relacionando-o com fenômenos como a globalização e a atividade industrial, devemos ressaltar a importância de pensarmos na questão ambiental, de cunho sustentável, onde as práticas agrícolas feitas de forma indevida vem afetando o meio ambiente, fazendo com que a preocupação com um desenvolvimento sustentável se tornasse ainda mais relevante.

É nessa perspectiva, em contrapartida a essa forma de pensamento que rege os parâmetros da agricultura convencional, que surge a Agroecologia como uma nova corrente de pensamento que permite aos agricultores produzirem de forma alternativa a esse modelo convencional, procurando qualidade de vida, sustentabilidade, atenuação das desigualdades, ou seja, uma nova forma de sobrevivência para nossa população, para que consigamos nos desenvolver sem agredir, ou da menor forma possível, nosso planeta.

É necessário que haja uma preocupação maior com o meio ambiente do que com o acúmulo de capital, para que assim, o desenvolvimento humano não seja sinônimo de destruição. O Homem não deve mais ser uma ameaça ao meio ambiente. A busca por uma vida sustentável deve ser cotidiana, através de ações e valores, de mudanças de hábitos, seja no espaço urbano ou no espaço rural.

REFERÊNCIAS

- Alentejano, P. R. 1999. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, João C. (Org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: UPF, p. 148-173.
- Altieri, M. 2002. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba, RS, p. 592.

- Anjos, F. S. dos. 2003. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil. Pelotas: Agupfel.
- Assis, R.; Romeiro, A. 2002. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, n.6, p.67-80.
- Candiottto, L. Z. P. 2009. Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura. XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, p. 1-16.
- Ianni, O. 1996. O mundo Rural. In: A Era do *Globalismo*. Civilização Brasileira.
- Lima, A; Carmo, M. 2006. Agricultura sustentável e a conversão agroecológica. Desenvolvimento em Questão, Ijuí, v.4, n.7, p.47-72.
- Marafon, G. J. 2012. Territorialidades, Ruralidades e as Relações Campo – Cidade. Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia. Anais... Uberlândia, p.1-12.
- Marques, M. I. M. 2012. O conceito de espaço rural em questão. Terra Livre, São Paulo, n. 19, p. 95-112.
- Moreira, H. R. S. R. 2014. A hábil percepção do olhar geográfico. Revista CPB Educacional. 2º Semestre de 2014.
- Penteado, S. R. 2012. Implantação do cultivo orgânico: planejamento e plantio. 2. ed. Campinas: Via Orgânica.
- Pignati, W. 2011. Não existe uso seguro de agrotóxicos. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/44972-nao-existe-uso-seguro-de-agrotoxicos-entrevista-especial>
- Sá, A da F. 2012. A expansão da produção moderna e permanência da produção familiar. Geografia Agrária. Fundação CECIERJ. Consórcio CEDERJ. Volume 1, p. 13. Rio de Janeiro.
- Sá, A. da F. 2013. Multifuncionalidade e Pluriatividade: novos atores no rural brasileiro. Geografia Agrária do Brasil. Fundação CECIERJ. Consórcio CEDERJ. Rio de Janeiro.
- Silva, J. G. da. 1999. O novo rural brasileiro, IE-Unicamp. Coleção, n. 1, 153p.
- Soares, A. C. O. 2001. A multifuncionalidade da agricultura familiar. Revista Proposta, 87, FASE. Rio de Janeiro, p. 40-49.
- Sotratti, M. A. 2012a. Transformações no espaço rural. Geografia Agrária. Fundação CECIERJ. Consórcio CEDERJ. Rio de Janeiro.
- Sotratti, M. A. 2012b. O desenvolvimento capitalista da agricultura. Geografia Agrária. Fundação CECIERJ. Consórcio CEDERJ. Rio de Janeiro.
- Suchanek, N. 2007. Desenvolvimento: por que e para quem? Cidadania & Meio Ambiente.